



Identidade social na esfera política: A atuação de atores políticos em meios digitais¹

Camila Wada Engelbrecht
Mestranda na Faculdade Cásper Líbero (FCL)

Resumo: Partindo do pressuposto de que vivemos em uma democracia representativa, o artigo procura articular comunicação e política. Para isso traz a questão de identidade e a forma como esta se dá na representação na esfera política pelos deputados federais Jean Wyllys (PSOL) e Marco Feliciano (PSC). Há atualmente uma grande interação via internet entre os indivíduos, seja por e-mails, mensagens, redes sociais, entre outras. Essa nova forma de diálogo se estende também ao campo da política, com interação popular entre si, com políticos e em sites/redes sociais sobre o assunto. Sendo a uma das intenções deste trabalho um breve estudo sobre uma “fatia” dessa nova maneira de interação: o uso do Facebook por políticos eleitos, no caso os deputados federais Jean Wyllys e Marco Feliciano.

Palavras-chave: Democracia; Comunicação Política; Identidade; Jean Wyllys; Marco Feliciano

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Tradução realizada pela autora.



1. Democracia e o campo do poder

Com origem na Grécia Antiga, o sistema de governo democrático foi desenvolvido em Atenas e desde então não faltam conceitos e definições para as mais diversas formas de democracia que surgiram desde então. A proposta deste *paper* não é abordar suas origens e diversificações, mas situar o contexto em que a política brasileira vive atualmente para então chegarmos ao objeto de análise principal: a internet e seu uso por políticos eleitos. O ponto de partida é a ideia de apresentar a hipótese do online, no caso o Facebook, como mais uma ferramenta de divulgação de ideias e projetos, tentando entender se seria essa mais uma forma de prestação de serviços governamentais.

A democracia pode ser entendida como, antes de mais nada, uma forma de governo adotada pelo Estado. Na vida em sociedade formas de organização ou normatização acabam tornando-se necessárias, ainda que anarquista (a negação do governo também é uma maneira de constituir formas de vivência). E hoje, em sociedades complexas, é difícil o trabalho de nomenclatura de poderes – ou mais, talvez a dificuldade não esteja no entendimento, mas na necessidade em deixar em aberto possibilidades já que falamos de processos em constante movimento e mutabilidade.

Para Hobbes, “o maior dos poderes é aquele composto pelos poderes de vários homens, unidos pelo consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder do Estado.” (FRANCISCATO, 1997, p.177). Não faz parte do papel deste artigo argumentar as dependências de poderes políticos, se de sua própria vontade como afirma Hobbes, se de influências populares, correntes políticas ou outras. Mas sim partir da ideia de que vivemos em uma sociedade em que as autoridades do campo político concentram-se no Estado, formado pelos poderes executivo, legislativo e judiciário. Seguindo o pressuposto de que no Brasil vivemos em uma democracia, o estudo recorre a Norberto Bobbio.

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por



um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. (BOBBIO, 2009, p. 30, apud PEREIRA, 2012, p.3).

Hoje podemos dizer que vivemos em um modelo de democracia representativa: quando a sociedade, a partir do voto, delega a candidatos direitos de representá-la, compondo o Poder Executivo e o Legislativo.

Hoje o modelo tem, para Bonavides, como principais bases:

A soberania popular, o sufrágio universal, a observância constitucional, o princípio da separação dos poderes, a igualdade de todos perante a lei, a manifesta adesão ao princípio da fraternidade social, a representação como base das instituições políticas, limitação de prerrogativas dos governantes, Estado de Direito, temporariedade dos mandatos eletivos, direitos e possibilidades de representação, bem como das minorias nacionais, onde estas porventura existirem (BONAVIDES, 2006, p. 294).

2. Comunicação e Política

Os estudos sobre comunicação e política no Brasil se alargaram no final da década de 70 e início da década de 80 com a “ampliação dos espaços democráticos” no país, sendo a mídia vista como “aparelhos de luta política e principalmente ideológica” (RUBIM, 1998). As atenções eram claramente voltadas aos regimes autoritários vigentes na época, além da relação entre “classes dominantes e setores subalternos”, mas esse cenário mudou de perspectiva a partir da campanha pelas “Diretas, já” em 1984 e o final da ditadura em 1985, que influenciaram os estudos brasileiros sobre a temática “sintonizando-os com as questões características das sociedades ambientadas pelas mídias” (RUBIM, 1998, p. 2). Houve então, a partir das eleições de 1989, que colocaram Fernando Collor de Mello na presidência do país, um grande aumento em relação às reflexões sobre a conexão mídia e política, observando essa nova circunstância de uma sociedade midiaticizada (RUBIM, 1998).

No panorama em que o autor descreve sobre como surgiram os estudos sobre mídia e política, desde o que o autor chama de “Pré-História dos Estudos Sobre Mídia



e Política no Brasil” até sua pesquisa em 1998, fica evidente que ações no campo político influenciaram fortemente os estudos sobre a temática, como foi o caso do impeachment de Fernando Collor em 1992 e as eleições de 1994 de Fernando Henrique Cardoso (RUBIM, 1998). Ao citar diversos autores, dissertações, teses, pesquisas, encontros e atividades sobre o assunto, o autor conclui que toda essa ação de pesquisa e estudos “vem permitindo que a área desenvolva uma mínima organização, imprescindível para sua afirmação como espaço acadêmico e interdisciplinar e para seu reconhecimento entre nós como campo relevante de estudos” (RUBIM, 1998: 4).

Manin (1995) ao discutir as metamorfoses do governo representativo observa que assim como o modo de os eleitores votarem, as estratégias eleitorais dos candidatos políticos mudaram ao longo do tempo e não há mais a confiança que existia antes do eleitorado em partidos políticos, os quais antes “pareciam um reflexo de clivagens sociais” e hoje parecem inverter o papel e impor clivagens à sociedade – “No passado, os partidos propunham aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegassem ao poder. Hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes” (MANIN, 1995: 5).

a eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando. (MANIN, 1995, p.5)

No Brasil, a partir de 1989 com as eleições de Fernando Collor, ocorre aquilo que Manin descreve como os representantes sendo eleitos pelos governados, em que ainda há diferenças de status e função entre ambos e essa eleição periódica resultaria na “atribuição de autoridade a determinados indivíduos para que governem sobre outros”, através de um método de escolha que legitima seu poder (MANIN, 1995). O autor ainda descreve o sistema eletivo como um processo decisório que não necessariamente criam identidade entre quem governa e quem é governado, podendo aqueles serem cultural e socialmente diferentes destes, mas que “como o governo



representativo se fundamenta em eleições repetidas, o povo tem condições de exercer uma certa influência sobre as decisões do governo: pode, por exemplo, destituir os representantes cuja orientação não lhe agrade” (MANIN, 1995, p.9).

Desde o final do século XVIII predomina a ideia de livre expressão e formulação de opinião política dos governados, em um governo representativo, mas para isso são necessários acesso a informações políticas, ou seja, decisões governamentais tornadas públicas (MANIN, 1995). Nos governos representativos atuais acontece a concentração das campanhas e eleições em torno de um líder político e não mais em um partido. E isso teria duas causas: o contato direto entre candidato e eleitor a partir de canais de comunicação, “dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” e a reação a essas mudanças, fazendo com que o líder político dê ênfase à individualidade e não tanto às plataformas políticas (MANIN, 1995). “Os meios de comunicação de massa, no entanto, privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os "comunicadores", pessoas que dominam as técnicas da mídia” (MANIN, 1997: 27).

Os canais de comunicação com a opinião pública são politicamente neutros, isto é, não têm uma base partidária. [...] O resultado dessa neutralização da mídia em relação às clivagens partidárias é que as pessoas recebem as mesmas informações sobre um dado assunto, a despeito de suas preferências políticas. Isso não significa que os assuntos ou os fatos - diferentemente dos julgamentos - sejam percebidos de maneira "objetiva", sem distorções, mas simplesmente que eles são percebidos de maneira relativamente uniforme através do amplo espectro das preferências políticas (MANIN, 1995, p. 32)

O declínio da imprensa partidário-opinativa e crescimento dos meios de comunicação de massa aconteceram em meados do século XX, com o *media* agindo conforme suas próprias lógicas e os atores políticos disputando o “espaço midiático como arena principal de inserção pública em sociedades “midiocentradas” (SARTORI, 2001; ALMEIDA, 2002, apud RIBEIRO, 2004)”.

A intenção dos agentes políticos é fazer com que cheguem determinadas mensagens ao público, tentando, por vezes, encontrar formas de o jornalismo não interferir no conteúdo com seleções e codificações de acordo com os valores jornalísticos, que tendem a retirar a persuasão de suas mensagens iniciais (CANAVILHAS, 2009, p.1). E atualmente a ferramenta que surge como alternativa



aos meios tradicionais de comunicação é a internet, tida como promissora para o campo político, que pretende um contato direto com seu eleitorado, evitando a intermediação jornalística (CANAVILHAS, 2009).

O processo de desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação provocou uma reelaboração das formas pelas quais indivíduos se relacionam entre si. As interações sociais vem tomando um caráter cada vez mais não-presencial, ou seja, as pessoas se expressam, interagem, dialogam, sem, necessariamente, se encontrarem no mesmo ambiente físico. O espaço de visibilidade mediática proporciona uma complexa interação entre os atores do sistema político e os da sociedade civil (MAIA, 2002; THOMPSON, 1998). (FRANCISQUINI, 2011: 1)

Francisquini (2011) observa na citação acima como as formas de relacionamento entre as pessoas se “reelaboraram”, ou seja, há atualmente uma grande interação via internet entre os indivíduos, seja por e-mails, mensagens, redes sociais, entre outras. Essa nova forma de diálogo se estende também ao campo da política, com interação popular entre si, com políticos e em sites/redes sociais sobre o assunto. Sendo a intenção deste trabalho um estudo sobre uma “fatia” dessa nova maneira de interação: o uso do Facebook por políticos eleitos, no caso os deputados federais Jean Wyllys e Marco Feliciano.

Para Silva (2001) um “ponto fundamental da teoria política democrática” é quando Habermas em 1992 analisa que a única forma de se desenvolver uma prática deliberativa de autolegislação é através da interação entre a formação da vontade parlamentar institucionalizada em procedimentos legais e tomada de decisões e a “formação da opinião política através de canais informacionais de comunicação política” (HABERMAS, 1992, apud SILVA, 2001, p.275).

3. Identidade social

A proposta deste artigo é demonstrar casos de políticos que ainda (ou novamente) são “reflexo de clivagens sociais”. Primeiro parte-se da premissa de que “as identidades individuais e coletivas são construídas em três lugares articulados: o biológico, o social e o cultural” (ARONOWITZ, 1992, p.193). Essas articulações que formam indivíduos e coletivos são a base de uma sociedade, constituída de grupos



com suas particularidades, características específicas, demandas, formando identidades próprias.

cultura é constituída de identidades de classe. [...] as identidades econômicas são parcialmente responsáveis por como, quando e onde as classes irão agir no campo social. Enquanto as perspectivas feministas e negras, os pontos de vista gay e lésbico desenharam os componentes racial e de gênero dos elementos culturais (ARONOWITZ, 1992).²

Segundo Oliveira (2011), “a identidade social enfoca elementos comuns aos indivíduos de um grupo, sendo por vários autores analisada em conexão com as esferas intersubjetivas preexistentes dos grupos sociais e mundos da vida” (OLIVEIRA, 2011, p.157).

a identidade de uma pessoa não pode ser encontrada em comportamentos, nem – por mais importante que seja – nas reações dos outros, mas sim na capacidade de dar continuidade a uma narrativa. A identidade individual, para que seja possível manter interações diárias com outros no mundo cotidiano, não pode ser totalmente fictícia. Ela deve continuamente integrar eventos que ocorram no mundo externo, e organizá-los em uma contínua história sobre si mesmo (Giddens, 1991, p. 54, apud OLIVEIRA, 2011, p.159)

A identidade a partir de “si mesmo” parte também para o social integrando a uma cultura partilhada, e então surgem movimentos sociais e de expressão racial, de gênero ou étnica. Grupos como o feminista, LGBT, negro, evangélico, entre outros, aparecem na forma de reafirmar sua identidade e lutar por direitos para que a garantia de sua existência em sociedade.

4. Atores políticos: a representação de políticas identitárias a partir de Jean Wyllys e Marco Feliciano

A escolha dos políticos tem razão na representatividade que cada um carrega no campo político. Jean Wyllys (PSOL) símbolo e atuante na causa LGBT e o pastor Marco Feliciano (PSC) da bancada evangélica, ambos deputados federais e atuantes em suas particularidades.

² Tradução realizada pela autora.



	Propostas
LGBT	Direito ao casamento igualitário; adoção por casal homossexual; criminalização da homofobia e Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.
Frente Parlamentar Evangélica	Contra temas como igualdade racial e de gênero; contra o aborto, eutanásia, demandas LGBT, castigos físicos impostos por pais aos filhos e a favor da resolução que permite o tratamento de homossexuais por psicólogos.

Representante único LGBT (ou que luta pelas causas do grupo) no parlamento, Jean Wyllys pauta sua vida política em busca de direitos para homossexuais. Seus projetos de lei estão sempre ancorados nessa agenda e esbarram em pautas de grupos outros como o feminista, direito dos índios e negros.

Membro da Bancada Evangélica, Marco Feliciano caracteriza sua ação política como seus semelhantes, de forma retroativa. Ou seja, não existem propostas de novas leis, mas ações para derrubar resoluções às quais é contra, como a que impede o tratamento psicológico de homossexuais tendo a orientação sexual como doença mental, ou ir contra projetos como o direito ao aborto e casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.³ Além das ações no campo político, ocorre o embate entre ambos, devido ao posicionamento contrário de cada um.

³ Informações com base nos dados do site da Câmara de Deputados, com consulta aos projetos de lei de Marco Feliciano e Jean Wyllys. site: <http://www.camara.gov.br/>



4.1 Wyllys e Feliciano no Facebook

Figura 1



Marco Feliciano adicionou 4 novas fotos ao álbum: [Pressão de Evangélicos Adia Votação da PL 122.](#)

O senado retirou de pauta a votação da PL 122 por pressão de senadores, deputados e líderes religiosos. A PL 122 sendo aprovada poderá retirar a Bíblia de circulação, prender pastores e padres que se negarem a realizar cerimônia religiosa de casamento gay.

Fonte: <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano> Data: 05 de maio de 2013 às 15:29.

Figura 2

"A família como instituição não se destruiu; muito pelo contrário, ela continua firme e forte, mas na sua pluralidade. Ela continua sendo a célula da sociedade e, em sua diversidade e pluralidade, tem de gozar da proteção do Estado. O Estado tem de garantir a TODA família a proteção ampla e irrestrita".



Jean Wyllys
Deputado do Rio, deputado do Brasil


facebook.com/casamentoigualitario



Jean Wyllys



Este trecho faz parte do discurso de Jean Wyllys em audiência pública do Senado sobre adoção por famílias homoafetivas.

O Estado deve reconhecer e proteger todas as famílias. Daí, a importância do reconhecimento do Casamento Civil Iguatário, a fim de que tod@s tenham os mesmos direitos na constituição de suas famílias.

Veja aqui a íntegra da fala de Jean Wyllys na audiência pública: <http://youtu.be/G3vJQLndwnY>

Apoie o Casamento Civil Iguatário curtindo a página no

Facebook: <https://www.facebook.com/casamentoigualitario>

Fonte: <https://www.facebook.com/jean.wyllys> Data: 5 de maio de 2013 às 14:02.

A partir das postagens acima é possível observar como cada político trata o mesmo assunto. Jean Wyllys propõe o direito de reconhecimento legal da família homossexual pelo casamento civil. E Marco Feliciano vai contra a proposta, que não está de acordo com o que sua religião e seus argumentos consideram como família.

5. Conclusões:

O artigo partiu da hipótese de que as ferramentas online seriam um espaço disponível para postagem de informações já tradicionalmente transmitidas em outros veículos de comunicação e de ampliação, onde o candidato pode expor conteúdos além desses. Pois a internet, com suas características, oferece maior disponibilidade de arquivar e apresentar mais conteúdos, apenas com restrições em relação às leis eleitorais, além de possibilitar a interatividade entre população e campanha.

É possível concluir queo Facebook é um bom meio de serviço público quando se trata da utilização das ferramentas da internet para expor conteúdos já transmitidos em outros veículos de comunicação, possibilitando que o internauta entrasse em contato com os conteúdos políticos transmitidos em meios tradicionais, arquivando e proporcionando às pessoas um contato maior com esses conteúdos. A interface multimidiática permitiu que vídeos, fotos, textos e áudios já reproduzidos em outros meios de comunicação que não a internet, fossem acessados pela população quando e quantas vezes quisessem.

As sucessões eleitorais trazem um aprendizado na participação política e maior consciência sobre o significado do voto, levando a um “aperfeiçoamento cívico”. Com a internet, espera-se que as informações cada vez mais se tornem públicas e atinjam um maior número de pessoas, ajudando nesse processo de



aprendizado dos direitos políticos e a importância destes para o desenvolvimento da democracia. Os comentários de internautas em postagens demonstram que o internauta não apenas quer falar, mas ser ouvido e está disposto a manter esse diálogo, que considera importante. É um indício de um grande passo para a expansão do exercício dos direitos políticos dos cidadãos, querendo participar de forma mais ativa no processo, ainda que o estudo seja a respeito de opiniões publicadas (selecionadas) e seja um número pequeno se comparado a todo o eleitorado brasileiro.

A intenção de trazer dois candidatos que se opusessem ideológica e politicamente não foi para mostrar as rixas presentes no cenário político brasileiro, mas para demonstrar com exemplos claros atores políticos que utilizam de seu cargo para a defesa de demandas específicas dos grupos aos quais pertencem. São essas reivindicações sociais e culturais que demonstram a pluralidade da sociedade brasileira, que reflete também na política. Historicamente essa defesa pela existência de seu grupo de pertencimento na sociedade é uma luta pela defesa de si próprio, da garantia de sua existência social, de sua identidade.



REFERÊNCIAS

ARONOWITZ, S. The politics of identity: class, culture, social movements. Routledge: New York. 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

CANAVILHAS, J. A Comunicação Política na Era da Internet. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>

FRANCISCATO, C.E. O campo do poder como espaço de mediação entre política e mídia. *Circunavegação: temas em comunicação contemporânea*. (Org.) GUERRA. Josenildo Luiz & MARINHO, Mônica Benfica. Salvador. UFBA. Facom, 1997.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. 1995. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 29, ano 10, p. 5-34.

OLIVEIRA, P. Narrativas identitárias e construções subjetivas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 156-171, jan.-abr. 2011.

PEREIRA, A.K.B. A teoria democrática de Norberto Bobbio: uma defesa das “regras do jogo”. 2012. Site: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/29_5_2012_12_53_41.pdf

RIBEIRO, P. J. F. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. 2004. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 22, p. 25-43

RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas. 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.pdf>

SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.o 35, 2001, p. 117-138. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n35/n35a05.pdf>